

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br**EDITAL****EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 112/2022**

PROCESSO:	STJ 16515/2022
OBJETO:	Contratação de seguro total para 38 veículos da frota do STJ.
TIPO DE LICITAÇÃO:	Menor Preço Global
MODO DE DISPUTA:	Aberto e Fechado
DIFERENCIAÇÃO E BENEFÍCIOS:	Ampla participação de empresas
VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:	R\$ 20.936,41 (vinte mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos)
	Data: 30/11/2022 Hora: 10h00 Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
TELEFONE:	(61) 3319-9027
E-MAIL:	cpl@stj.jus.br

SUMÁRIO

1	DO OBJETO
2	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3	DO CREDENCIAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES
4	DA VISTORIA
5	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6	DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
7	DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
8	DO ENVIO DA PROPOSTA CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR
9	DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
10	DA HABILITAÇÃO
11	DOS RECURSOS
12	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13	DA CONTRATAÇÃO
14	DAS PENALIDADES
15	DO RECEBIMENTO DO OBJETO
16	DO FATURAMENTO E PAGAMENTO
17	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
18	DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL
19	DO CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)
20	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ANEXO	
I	TERMO DE REFERÊNCIA
II	ESTIMATIVA DE PREÇOS
III	MINUTA DE CONTRATO
IV	DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E DE NEPOTISMO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Menor Preço Global

Modo de disputa Aberto e Fechado

O Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria STJ/GDG n. 372 de 03 de junho de 2022, torna público, para ciência dos interessados, que **às 10h00min, hora de Brasília, do dia 30 de novembro de 2022**, por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou, caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, fará realizar licitação na modalidade de pregão eletrônico do tipo Menor Preço Global, no modo de disputa aberto e fechado, utilizando os recursos de tecnologia da informação - Internet. O procedimento licitatório, conforme o caso, obedecerá às disposições contidas na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e às condições e exigências estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de seguro total para 38 veículos da frota do STJ, conforme especificação do objeto constante do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. A sessão deste pregão ocorrerá à distância, em sessão pública, e iniciará

com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça e realizada em conformidade com este edital na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

- 2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico todas as empresas que atendam às condições deste edital e seus anexos e que estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Gestão - Seges do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico, em conformidade com o inc. I do art. 19 do Decreto n. 10.024/2019.
- 2.3. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo Superior Tribunal de Justiça com apoio técnico e operacional da Seges, que atuará como órgão provedor do Sistema de Compras do Governo federal, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, oferecendo recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.
- 2.4. Como condição para participação neste pregão, o licitante prestará as seguintes declarações em campo próprio do sistema eletrônico:
 - 2.4.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e da conformidade de sua proposta com as exigências definidas no edital;
 - 2.4.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, na hipótese de o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado pelo art. 1º do Decreto n. 8.538/2015;
 - 2.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 2.4.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na

condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

2.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa Seges/MP n. 5/2017;

2.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4.7. que os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos previsto em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n. 8.213/1991;

2.4.8. que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

2.5. A declaração falsa relativa à proposta de preços, às condições de participação e ao cumprimento de qualquer condição deste edital sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 49 do Decreto n. 10.024/2019 e nas demais cominações legais.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

a. as empresas impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto n. 10.024/2019;

b. as empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com o STJ, com fundamento no art. 87, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

c. as empresas declaradas inidôneas, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993 e art. 46 da Lei n. 8.443/1992;

- d. as empresas declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, com fundamento no inciso IV e § 5º do artigo 156 da Lei n. 14.133/2021.
 - e. servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei n. 8.666/1993.
 - f. as empresas impedidas de licitar e contratar com a União, com fundamento no inciso III e § 4º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;
 - g. empresas reunidas em consórcio;
 - h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 - i. instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão n. 1.406/2017- TCU-Plenário).
- i.1. Para comprovar a exceção, o licitante deverá apresentar cópia do contrato de gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 2.7. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.7.1. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006, a sociedade cooperativa deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais, em campo próprio do sistema eletrônico.

2.8. Os documentos desta licitação deverão:

- a. ser apresentados com os dados do CNPJ da unidade empresarial (matriz/filial) responsável pela execução do objeto desta licitação, com exceção:
 - a.1. da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à dívida ativa da União - DAU por elas administrados e do certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, que deverá ser da matriz da pessoa jurídica;
 - a.2. da certidão de falência/recuperação judicial e da certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT que deverá ser da matriz (sede) da pessoa jurídica;
 - a.3. dos demais documentos de habilitação que, pela própria natureza, comprovadamente possam ser emitidos de forma centralizada, em nome da matriz (sede) e filial, da pessoa jurídica;
 - a.4. dos documentos de qualificação técnica com CNPJ da matriz, quando a participante da licitação for filial.
- b. estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
- c. no modo digital e na hipótese de dúvida em relação à integridade do referido documento, deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado como pregoeiro;
- d. quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre;
 - d.1. na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

d.2. aplica-se, no que couber, o disposto nos itens anteriores no caso de documentos apresentados em outros idiomas por licitantes nacionais;

2.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, os documentos expedidos nos últimos seis meses que antecederem à data da sessão deste certame serão considerados válidos.

3. DO CREDENCIAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. A participação no pregão requer o credenciamento do licitante e sua manutenção, que dependerão de registro prévio e atualizado no Sicaf.

3.2. O credenciamento no Sicaf permitirá a participação dos interessados no pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tiver sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3.3. O licitante deverá credenciar-se previamente no Sicaf, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, observados os seguintes aspectos:

a. remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

b. responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Superior Tribunal de Justiça por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

- c. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - d. comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - e. utilizar a chave de identificação e a senha de acesso, pessoal e intransferível, para participar do pregão na forma eletrônica;
 - f. solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.4. O credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.5. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 3.6. O fornecedor descredenciado no Sicaf terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

4. DA VISTORIA

- 4.1. As empresas participantes poderão vistoriar os veículos relacionados neste Edital, a partir da publicação do edital até um dia útil antes da abertura do certame, no horário das 8h às 18h, em dias úteis, nos seguintes endereços:

4.1.1. Brasília - SAFS, Quadra 06, Lote 01, Edifício Ministros II - Sede do STJ.
Fone: (61) 3319-7032 ou 3319-7494; e SGON Quadra 02 Lote 10/20 (3319-7767 ou 3319-7768).

4.1.2. Rio de Janeiro - Rua Acre nº 80, Centro, Edifício do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Sala 704. Fone (21) 3261-8057 / 8651; e

4.1.3. São Paulo - Avenida Paulista nº 1.682, 11º andar, Forum Ministro Pedro Lessa. Fone (11) 2172-4382.

4.2. Qualquer aumento de custo advindo do desconhecimento das condições de execução do objeto será responsabilidade do licitante vencedor, independentemente de ter realizado ou não a vistoria.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, com base na estimativa, ANEXO II deste edital, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento dessa documentação.

5.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.

5.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante mais bem classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso ao público após o encerramento do envio de lances.

5.3.1. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, não haverá ordem de classificação das propostas, ocorrendo

somente após os procedimentos de negociação e julgamento da melhor proposta.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante utilização da chave de acesso e da senha.

6.2. Os licitantes interessados poderão participar da sessão pública na internet, por meio do uso dos recursos de acesso ao sistema eletrônico.

6.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Antes do início da fase competitiva, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.4.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.5. Os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de desconexão.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.2. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva,

momento em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.3. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do respectivo valor consignado no registro.

7.4. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a. os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;
- b. o licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- c. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- d. os lances compreenderão exclusivamente o valor do prêmio para os 38 veículos listados no Anexo II deste edital;

7.5. Durante a sessão pública deste certame, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor.

7.6. Será adotado o envio de lances no modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.8. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços

até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.1. Não havendo o mínimo de três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade.

7.9.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 7.9.

7.10. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.11. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após decorridas 24 horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.14. Após a etapa de envio de lances, haverá aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993.

7.15. Não havendo envio de lances após o início da fase competitiva, remanescendo somente as propostas iniciais, os critérios de desempate serão aplicados da seguinte forma:

- a. aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese; e
- b. persistindo o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico entre as propostas empatadas.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

8.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.3. A proposta adequada ao último lance após negociação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, podendo esse prazo ser prorrogado pelo pregoeiro, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo pregoeiro, e deverá:

- a. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

- b. apresentar a identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);
- c. ter indicação única de preço para o item, em moeda nacional, com exibição do valor unitário e total em algarismos e o valor total da proposta em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme preços praticados no mercado, devidamente ajustada ao lance vencedor, com base no formato da estimativa de preço, ANEXO II deste edital;

8.4. O preço proposto no lance final será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos.

8.5. Além dos requisitos previstos no item 8.3, a proposta de preços a ser encaminhada, independente da fase em que estiver, deverá conter:

- a. descrição clara do item cotado, com indicação da quantidade, da marca, do prêmio e do modelo, de acordo com as especificações constantes no termo de referência, ANEXO I deste edital;
- b. prazo de emissão e disponibilização da apólice de seguro em meios eletrônicos de, no máximo, quinze dias consecutivos, contados a partir de 30/12/2022;
- b.1. os cartões do seguro deverão ser enviados ao Superior Tribunal de Justiça - Seção de Atendimento de Veículos Leves - SATEV (telefone - 61 3319-7032), no horário das 08h às 19h, em dias úteis, no seguinte endereço: Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP 70095-900, Brasília-DF.
- c. prazo de indenização dos prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em no máximo, de trinta dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela Licitante;

- d. o prazo de validade da proposta não inferior a sessenta dias, contado da data da sessão pública de recebimento da proposta de preços.
- e. declaração expressa de que os preços propostos incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, mão-de-obra, materiais, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, embalagem, lucro, despesas acessórias e outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos;
- 8.6. No caso de os prazos de prazo de emissão e disponibilização da apólice de seguro e de indenização dos prejuízos serem omitidos na proposta, o pregoeiro entenderá como sendo iguais aos previstos, respectivamente, no subitem 8.5 alíneas " b ", " c ", " d " e " e ".
- 8.7. O Licitante deverá considerar uma classe de bônus superior à atual, conforme consta no ANEXO I do Termo de Referência, para efeito de elaboração de proposta de preço.
- 8.8. As bonificações atuais estão listadas no Anexo do Termo de Referência.
- 8.9. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos na tabela do ANEXO II
- 8.10. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca do licitante.
- 8.11. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.12. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.13. O licitante fica obrigado a indicar o CNPJ da unidade empresarial responsável pela execução do objeto da contratação (matriz ou filial).

8.14. Sem prejuízo do disposto no item 8.3, o pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos complementares àqueles entregues na abertura do certame, determinado prazo para o atendimento.

8.14.1. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a. não atenderem às exigências deste edital;

b. apresentarem valores unitário e total, após a fase de lances e ou negociação, superiores aos constantes da estimativa de preço, ANEXO II deste edital.

9.3. Erros no preenchimento da proposta não são motivo suficiente para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

9.3.1. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou

falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

9.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.4 O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

9.5. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Será(ão) declarado(s) vencedor(es) o(s) licitante(s) que apresentar(em) o menor preço global, e que cumprir(em) todos os requisitos de habilitação.

9.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação

no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao registro cadastral atualizado no Sicaf, que será confirmado por meio de consulta on-line ao sistema Comprasnet.

10.2. Será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

10.2.1. A consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, entre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, desde que atualizados, compreendendo os seguintes registros:

- a. habilitação jurídica;
- b. qualificação técnica;
- c. regularidade fiscal federal e trabalhista;
- d. impedimentos diretos e indiretos;
- e. sanções aplicadas pela administração pública, em especial as que acarretem a proibição de participação em licitações e celebração de contratos com o Poder Público.

10.3.1. Na habilitação jurídica, será avaliado se o ramo de atividade é compatível com o objeto da licitação, nos termos do Acórdão n. 642/2014-TCU-Plenário.

10.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e, se houver exigência, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa Seges/MP n. 3/2018.

10.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa Seges/MP n. 3/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar as certidões válidas, conforme art. 43, §3º, do Decreto n. 10.024/2019.

10.4.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

10.4.4.1. Inclui-se, na hipótese do subitem acima, o documento ausente, desde que comprobatório da condição atendida pelo licitante na apresentação de sua proposta (até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública), que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, conforme o entendimento do Acórdão n. 1.211/2021-Plenário.

10.4.4.2. O pregoeiro e sua equipe de apoio certificarão a autenticidade da informação apresentada nos casos de documentos juntados pelo próprio licitante.

10.5. Ressalvado o disposto do item 10.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a. registro comercial, no caso de empresa individual;
- b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- c. Certidão Negativa de Falência ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c.1. Caso esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá comprovar o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- c.2. A apresentação da certidão de acolhimento ou de homologação do plano de recuperação não obsta ao pregoeiro ou à comissão de licitação realizar diligências com a finalidade de aferir a capacidade econômico-financeira do licitante.
- d. Declaração de Composição Societária, conforme ANEXO IV deste Edital;
- e. a regularidade do licitante perante a Fazenda Federal (incluindo as contribuições previdenciárias e relativas a terceiros);
- f. a regularidade do licitante perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

- g. a regularidade do licitante referente a débitos trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), instituída pela Lei n. 12.440/2011;
- h. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu cobertura de seguro total para 19 (dezenove) veículos de frota, podendo ser aceito o somatório de atestados.
- h.1. os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- h.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- h.3. o STJ se reserva o direito de consultar a pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre os serviços prestados.
- i. Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que o licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto nº 60.459/67, cujo documento poderá ser obtido pelo pregoeiro, gratuitamente, por meio do sítio eletrônico da SUSEP (<http://www.susep.gov.br/menu/servicos-ao-cidadao/emissao-de-certidoes>).
- 10.6. O licitante que apresentar documentação em desacordo com este edital será inabilitado.
- 10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico.
- 11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará decadência do direito de recurso.
- 11.3. Caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.4. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de três dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar, se desejarem, contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto deste pregão será adjudicado pelo pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor com base nos dispositivos

da Lei n. 8.666/1993.

13.2. O prazo para assinatura do contrato será de cinco dias úteis, após regular convocação pelo STJ.

13.2.1. Durante o prazo indicado no item anterior, será realizado o relatório de impacto de proteção de dados previamente ao contrato, com observância do princípio da transparência.

13.3. Na hipótese de a firma adjudicatária não assinar o termo de contrato no prazo estipulado no item acima, o STJ poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com os incisos XVI e XVII, da Lei n. 10.520/2002.

13.4. As exigências do fornecimento, dos prazos, da validade e/ou da garantia, bem como as demais condições constam do instrumento contratual a ser celebrado com o proponente vencedor, conforme Minuta de Contrato, ANEXO III deste Edital.

13.5. O licitante vencedor deverá apresentar à Seção de Formalização de Contratos e Acordos deste órgão, situada no SAF/Sul, quadra 6, lote 1, bloco "F", 1º andar, ala "A", Brasília - DF, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da publicação do resultado de julgamento, a documentação abaixo discriminada, necessária à formalização do contrato:

13.5.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

13.5.2. Ato constitutivo - Estatuto social em vigor, acompanhado da Ata da última assembleia, documentos de eleição de seus administradores e procurações que substabeleçam poderes a terceiros ou Contrato Social e alterações, se houver, registrados no órgão competente;

13.5.3. Identificação do responsável pela assinatura do contrato, com a respectiva procuração, se for o caso, com poderes específicos para assinar contrato;

13.5.4. Certidões válidas, no caso de estarem vencidas no Sicaf.

13.6. Além das condições previstas no item 13.5, na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, na forma do item 13.3, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação e a formação do cadastro reserva, se for o caso, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

13.8. Será consultada a situação do licitante vencedor no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.

13.8.1. Os inscritos no referido cadastro não estão impedidos de contratar com o Tribunal apenas por este motivo.

13.9. Será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

13.10. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.

- 13.10.1. Na hipótese do item 13.10, os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.

14. DAS PENALIDADES

- 14.1. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto n. 10.024/2019, comete infração administrativa passível de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, no contrato ou instrumento equivalente e das demais cominações legais:

- 14.1.1. O licitante adjudicatário que não assinar o termo de contrato ou que não aceitar/retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

- 14.1.2. O licitante que não entregar documentação em qualquer fase do certame;

- 14.1.3. O licitante que entregar documentação falsa neste certame;

- 14.1.4. O licitante que ensejar o retardamento de qualquer das fases deste pregão eletrônico;

- 14.1.5. O licitante que, dentro do prazo de validade exigido neste edital, não mantiver a proposta;

- 14.1.6. A empresa que falhar na execução do objeto e dos procedimentos relacionados à assistência e garantia técnica;

- 14.1.7. A empresa que fraudar na execução do objeto, bem como na assistência técnica no período de garantia, se cabível;

- 14.1.8. A empresa que se comportar de modo inidôneo;
- 14.1.9. Declarar informações falsas, independente da obtenção de vantagem indevida ou do momento da descoberta;
- 14.1.10. A empresa que cometer fraude fiscal;
- 14.1.11. Recusar injustificadamente a assinar ata de registro de preços, se for o caso;ou
- 14.2. Observado o disposto no item 14.5, considera-se comportamento inidôneo que menciona o item 14.1.8, sem prejuízo de outros:
 - 14.2.1. Declarar falsamente quanto ao cumprimento das condições de participação, salvo quanto à condição posterior ao ato;
 - 14.2.2. Declarar falsamente quanto ao direito ou margem de preferência;
 - 14.2.3. Deixar de apresentar injustificadamente amostra, quando exigida no certame;
 - 14.2.4. Deixar de apresentar injustificadamente documentos necessários à formalização da contratação;
 - 14.2.5. Apresentar proposta ou produtos em desacordo com as exigências do edital, sem justificativa aceitável;
 - 14.2.6. Fazer conluio com licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances ou apresentar proposta de empresa com sócios em comum ou assemelhados a outros licitantes participantes de um mesmo item do pregão;
 - 14.2.7. Incidir repetidamente, e ao longo do tempo, nos mesmos tipos de irregularidades tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, sem motivos escusáveis, mediante conduta prejudicial aos certames;

14.2.8. Participar de pregão quando impedida de licitar e contratar com o STJ, a União e entes federados, conforme o caso; ou

14.2.9. Pedir injustificadamente desistência de lance ou oferta no pregão;

14.3. Na hipótese de falha na execução do contrato, que menciona o item 14.1.6, bem como na assistência técnica no período de garantia, se cabível, a CONTRATADA fica sujeita às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e às sanções previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA do ANEXO III.

14.4. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, dentre elas:

14.4.1. A declaração de inidoneidade que menciona o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, nos seguintes casos:

a. ocorrência de infração grave que cause dano ou prejuízo considerável à Administração Pública;

b. prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c. prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

14.4.2. as sanções previstas na Lei n. 12.846/2013, que disciplina a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

14.5. Todas as sanções previstas neste instrumento somente serão aplicadas observando-se:

a. o direito ao contraditório e à ampla defesa;

- b. os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao *bis in idem*;
- c. as causas atenuantes ou excludentes de culpabilidade.

14.6. A instrução dos procedimentos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão o rito estabelecido na Instrução Normativa STJ/GDG N. 5, de 25 de janeiro de 2019.

14.6.1. A dosimetria das sanções observará, no que couber, a Instrução Normativa CNJ n. 67 de 10 de julho de 2020 e a Instrução Normativa Seges/MP n. 3 de 26 de abril de 2018 ou as que vier substituí-las, caso não conflitantes com a estabelecida na instrução normativa indicada acima.

14.7. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

14.8. A notificação dos atos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão as regras da Instrução Normativa STJ/GDG n. 17, de 3 de julho de 2019.

14.8.1. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, os atos processuais poderão ser praticados em meio físico, digitalizando-se o documento físico correspondente.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. A apólice de seguro deverá ser emitida e disponibilizada ao contratante, em meios eletrônicos, no prazo máximo de quinze dias consecutivos, contados a partir de 30/12/2022, devendo os cartões do seguro serem enviados ao Superior Tribunal de Justiça - Seção de Atendimento de Veículos Leves - SATEV (telefone - 61 3319-7032), no horário das 08h às 19h, em dias úteis, no seguinte endereço: Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP 70095-900, Brasília-DF.

- 15.2. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão obedecerão ao disposto no art. 73 a 76 da Lei n. 8.666/93, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma descrita na CLÁUSULA QUARTA do ANEXO III

16. DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 16.1. O faturamento e o pagamento obedecerão ao disposto na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do ANEXO III.

- 16.2. O STJ exigirá da CONTRATADA por ocasião do pagamento, a apresentação de Certidões em caso de estarem vencidas no Sicaf.

- 16.2.1. Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente pregão correrão à conta de recursos específicos consignados ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União.

18. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL

- 18.1. Os pedidos de esclarecimentos relativos ao edital e seus anexos deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente no endereço eletrônico cpl@stj.jus.br.

- 18.1.1. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações encaminhados ao pregoeiro serão respondidos e colocados à disposição no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 18.1.2. Outras questões poderão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação, localizada no 1º andar do prédio da Administração, telefones (61) 3319-9046, 9027 e 9216, nos dias úteis, das 9h às 19h, ou ser encaminhada ao endereço eletrônico cpl@stj.jus.br.
- 18.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pelas condições previstas neste edital e em seus anexos.
- 18.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 18.4. Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão deste pregão, qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste ato convocatório, mediante petição a ser encaminhada ao endereço eletrônico cpl@stj.jus.br, devendo ser comprovado o recebimento por meio do telefone (61) 3319-9027.
- 18.5. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pelas condições previstas neste edital e em seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 18.6. As impugnações não suspenderão automaticamente os prazos previstos neste certame.
- 18.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 18.7. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

- 18.8. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para a divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

19. DO CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

- 19.1. A assinatura eletrônica de contratos administrativos e de instrumentos congêneres foi instituída pela Instrução Normativa STJ/GDG n. 6 de 13 de julho de 2017.
- 19.2. O responsável pela assinatura do contrato, após a adjudicação, deverá acessar a área indicada do Portal do STJ, no endereço <https://www.stj.jus.br/sites/portaip/Sob-medida/usuario-externo-acesso-ao-sei>, e realizar o cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), nos termos do art. 38 da Instrução Normativa n. 17 de 3 de julho de 2019, observado o art. 1º, § 2º, inciso III, alínea "b" da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, no prazo de dois dias úteis.
- 19.3. O licitante vencedor deverá informar ao STJ a realização do cadastro no SEI, enviando e-mail somente ao endereço eletrônico cpl@stj.jus.br. Feito isso, o licitante vencedor deverá aguardar a liberação de seu cadastro como usuário externo, para acessar o sistema.
- 19.4. Após a liberação do acesso, as respectivas unidades disponibilizarão documentos para assinatura, no mencionado sistema, nos prazos estipulados neste Edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. O edital na íntegra e os estudos preliminares estarão à disposição dos interessados no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça e no

portal do Sistema Compras do Governo federal para *download*, nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.stj.jus.br.

- 20.2. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 20.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação, sobretudo em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 20.4. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sítio eletrônico Compras Governamentais e/ou no Sicaf. Esses documentos e demais registros digitais serão juntados ao processo licitatório e permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.
- 20.5. Apesar da publicação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a presente licitação fundamenta-se nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002.
- 20.6. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, o presente edital e a proposta da adjudicatária serão partes integrantes do contrato e da nota de empenho, conforme o caso.
- 20.7. O pregoeiro ou a autoridade superior poderão promover diligências, no julgamento da habilitação e das propostas, destinadas a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirão validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, fixando prazos para atendimento, observado o disposto na Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 20.7.1. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o

item 20.7, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

- 20.8. O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 20.9. Toda comunicação oficial ocorrerá exclusivamente via sistema, pelo sítio www.comprasgovernamentais.gov.br ou por publicação, nos termos da legislação.
- 20.10. Os dados pessoais tornados públicos por este edital deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução do objeto licitado.
- 20.11. As questões decorrentes deste edital serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Brasília, 17 de novembro de 2022.

ALESSANDRA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA
Secretária de Administração

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência - 0166/2022 - v.5 - Lei 8666/1993

1. OBJETO

1.1. Contratação de seguro total para 38 veículos da frota do STJ.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação de seguro total para os veículos da frota, relacionados no Anexo deste Termo de Referência tem por objetivo garantir, até o limite máximo de indenização contratado para cada cobertura, o recebimento de indenização, em consequência direta da ocorrência dos riscos cobertos e expressamente convencionados nas coberturas e cláusulas contratadas expressas na apólice de seguro, respeitadas as regras estabelecidas nas condições gerais do seguro, bem como proporcionar tranquilidade aos motoristas do Tribunal quanto à cobertura de prejuízo causado aos veículos oficiais ou de terceiro envolvido em sinistro causado por condutor do Tribunal, tendo em vista o disposto no Art. 18 da Resolução nº 37, de 14 de novembro de 2012, *in verbis*: "Art. 18º. Todos os veículos integrantes da frota do Superior Tribunal de Justiça deverão ter cobertura securitária total contra sinistros de qualquer natureza, inclusive contra terceiros".

2.2. A contratação de seguro veicular foi enquadrada como serviço prestado de forma contínua, de acordo o inciso XXXIV do § 1º do Art. 4º da Instrução Normativa STJ/GDG nº 10 de 28 de abril de 2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. DO SEGURO VEICULAR

3.1.1. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e de São Paulo/SP, bem como as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

3.1.1.1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativas de roubo

ou furto;

3.1.1.2. Queda de raio e suas consequências;

3.1.1.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento, ainda que com veículos do próprio STJ;

3.1.1.4. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

3.1.1.5. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

3.1.1.6. Acidente durante o transporte do veículo (objeto do socorro) por meio apropriado;

3.1.1.7. Submersão total ou parcial em água, inclusive proveniente de enchentes ou inundações, e ou quando guardado em subsolo;

3.1.1.8. Granizo;

3.1.1.9. Danos causados por queda de árvore;

3.1.1.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;

3.1.1.11. Responsabilidade civil facultativa (RCF - danos materiais e pessoais);

3.1.1.12. Acidente Pessoal (APP - morte ou invalidez);

3.1.1.13. Assistência 24 horas aos veículos segurados;

3.1.1.14. Calço hidráulico decorrente de causa coberta pelo contrato de seguro;

3.1.1.15. Danos causados aos vidros laterais, para-brisas dianteiro e traseiro, retrovisores, faróis e lanternas;

3.1.1.16. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, assistência com socorro mecânico, guincho dentro e fora do Distrito Federal e das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, transporte de passageiros e do condutor a serviço do Tribunal em virtude de imobilização do veículo segurado ou em caso de roubo ou furto do veículo.

3.2. DA FRANQUIA

3.2.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens

seguintes.

- 3.2.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- 3.2.3. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos na tabela do item 18.2. .
- 3.2.4. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não poderá exceder o limite de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 3.2.1. .
- 3.2.5. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo STJ prioritariamente à concessionária ou oficina que promover o conserto do veículo.
- 3.2.6. Caso a empresa que realizou o conserto do veículo não esteja com a documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- 3.2.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

3.3. DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

- 3.3.1. A importância mínima segurada (expressa em reais) para o casco de cada veículo deverá corresponder a 100% (cem por cento) do valor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE ou subsidiariamente baseado na tabela MOLICAR, no caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE.
- 3.3.2. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado com base em 110% (cento e dez por cento) do valor da tabela FIPE.
- 3.3.3. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a indenização integral deverá se basear na tabela MOLICAR, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
- 3.3.4. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos materiais), por veículo, será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- 3.3.5. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos

pessoais), por veículo, será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

3.3.6. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por morte), será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa;

3.3.7. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por invalidez) será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa.

3.4. DA BONIFICAÇÃO

3.4.1. No caso de prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá oferecer e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e da Proposta apresentada pela empresa.

3.4.2. As bonificações atuais estão listadas no Anexo deste Termo de Referência.

3.4.3. O Licitante deverá considerar uma classe de bônus superior à atual, conforme consta no ANEXO I, para efeito de elaboração de proposta de preço.

3.4.4. No caso de prorrogação do contrato, a contratada deverá considerar uma classe de bônus superior à atual, observadas as condições gerais do seguro contratado.

3.5. DO ENDOSSO

3.5.1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como por exemplo: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pelo STJ, as quais serão processadas pela contratada, por meio de endosso.

3.5.2. Poderão ser solicitadas, mediante emissão de endosso, alteração do local de uso e permanência de veículo (cidade e unidade da federação), número de chassi e placa de veículo emitidos erroneamente na apólice de seguro, dentre outras correções, durante o período de vigência da apólice.

3.5.3. Havendo necessidade de inclusão, substituição ou exclusão de veículo da apólice de seguro, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total a ser pago ou o valor a ser restituído ao Tribunal.

3.5.4. A devolução de valores ao Tribunal deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de sessenta dias corridos da emissão do documento de endosso, devendo a Contratada enviar ao Tribunal o comprovante correspondente.

4. METODOLOGIA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

4.1. A contratação do serviço deverá garantir cobertura securitária para 38 veículos.

5. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

5.1. Para a presente contratação, sugere-se a adoção do critério de adjudicação por preço global, primeiro porque não haverá prejuízo à ampla participação de licitantes, uma vez que há no mercado pelo menos três companhias seguradoras aptas a garantir a cobertura securitária dos veículos da frota, conforme se verifica nos contratos citados na pesquisa de mercado, e segundo porque os licitantes poderão reduzir os valores individuais dos prêmios de seguros em face da vantajosidade de contratação do seguro para a totalidade de veículos. Com isso, o licitante vencedor terá a vantagem de obter ganho de escala com a contratação e o Tribunal, em contrapartida, deverá se beneficiar da redução do custo total de seguro da frota.

5.2. A classificação das propostas será realizada pelo critério de menor preço, sendo adjudicado ao licitante que apresentar o lance de menor preço global dos prêmios de seguros.

5.3. Não serão aceitas propostas com valores global e unitário superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

6. VISTORIA FACULTATIVA

6.1. A(s) empresa(s) participante(s) poderá(ão) vistoriar os veículos relacionados no Anexo deste Termo de Referência, a partir da publicação do edital até um dia útil antes da abertura do certame, no horário das 8h às 18h, em dias úteis, nos seguintes endereços:

6.1.1. Brasília - SAFS, Quadra 06, Lote 01, Edifício Ministros II - Sede do STJ. Fone: (61) 3319-7032 ou 3319-7494; e SGON Quadra 02 Lote 10/20 (3319-7767 ou 3319-7768).

6.1.2. Rio de Janeiro - Rua Acre nº 80, Centro, Edifício do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Sala 704. Fone (21) 3261-8057 / 8651; e

6.1.3. São Paulo - Avenida Paulista nº 1.682, 11º andar, Forum Ministro Pedro Lessa. Fone (11) 2172-4382.

7. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA

7.1. Além dos documentos regularmente exigidos para a habilitação, o licitante vencedor do certame deverá apresentar os documentos citados nos itens subsequentes.

- 7.2. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu cobertura de seguro total para 19 (dezenove) veículos de frota, podendo ser aceito o somatório de atestados.
- 7.3. Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que comprove que o licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro, conforme estabelecido no Decreto nº 60.459/67, cujo documento poderá ser obtido pelo pregoeiro, gratuitamente, por meio do sítio eletrônico da SUSEP (<http://www.susep.gov.br/menu/servicos-ao-cidadao/emissao-de-certidoes>).
- 7.4. Declaração expressa de que os preços propostos incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, mão-de-obra, materiais, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, embalagem, lucro, despesas acessórias e outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus Anexos.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 8.1. A Contratada deverá adotar as normas federais, estaduais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Instrução Normativa STJ/GDG n. 15, de 12 de novembro de 2020.

9. EXECUÇÃO DO OBJETO

- 9.1. A empresa deverá garantir a cobertura securitária para 38 veículos, identificados no ANEXO I deste TR, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nas condições gerais expressas na apólice de seguro.

10. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 10.1. O recebimento e a aceitação deste objeto obedecerão ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma seguinte:
- 10.1.1. Provisoriamente, mediante recibo, no ato da entrega da apólice de seguro, para efeito de posterior verificação da conformidade do referido termo com as especificações previstas neste termo de referência e na proposta de preço.
- 10.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de 15 dias corridos, contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações

do STJ, mediante termo circunstanciado elaborado pela unidade gestora, assinado pelas partes.

- 10.1.3.A Seção de Atendimento de Veículos Leves reserva-se o direito de rejeitar integralmente a apólice ou parte dos itens do referido termo que não atendam as especificações técnicas do objeto licitado, os quais deverão ser corrigidos, complementados ou substituídos pela contratada, sem ônus adicionais, no prazo de 15 dias corridos contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11. PRAZOS

- 11.1.A apólice de seguro deverá ser emitida e disponibilizada ao Contratante, em meios eletrônicos, no prazo máximo de quinze dias consecutivos, contados a partir de 30/12/2022, devendo os cartões do seguro serem enviados ao Superior Tribunal de Justiça - Seção de Atendimento de Veículos Leves - SATEV (telefone - 61 3319-7032), no horário das 08h às 19h, em dias úteis, no seguinte endereço: Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP 70095-900, Brasília-DF.
- 11.2.As inconformidades observadas na apólice de seguro deverão ser corrigidas pela Contratada, no prazo de quinze dias consecutivos, contados da data de solicitação do Contratante.
- 11.3.A CONTRATADA deverá indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em no máximo trinta dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela Contratada.
- 11.4.No caso de interesse pela prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá se manifestar no prazo de sessenta dias consecutivos antes do término da vigência. Em caso afirmativo, a Contratada deverá encaminhar proposta, observando as condições estabelecidas no item 3.4.4..
- 11.5.A vistoria de sinistro deverá ser realizada em até 15 dias consecutivos, contados da data do registro do aviso de sinistro.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.A Contratada se obriga a empenhar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:
- 12.1.1.Acatar todas as orientações do Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e orientação, prestando todos os esclarecimentos e

informações solicitados pelo Tribunal, permitindo o acesso à documentação pertinente e atendendo às reclamações formuladas;

- 12.1.2. Garantir que a recuperação dos sinistrados poderá, a critério do Contratante, ocorrer em uma concessionária autorizada pelo fabricante, inclusive para veículos de terceiros envolvidos;
- 12.1.3. Garantir a cobertura prevista do seguro automotivo no caso de atraso ou não fornecimento da apólice;
- 12.1.4. Colocar à disposição do Contratante, 24 horas por dia durante 7 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;
- 12.1.5. Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do objeto da presente licitação;
- 12.1.6. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 12.1.7. Emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa, chassi, região);
- 12.1.8. Emitir boleto bancário ou recibo, no valor do total dos prêmios de seguro contratado ou no valor do endosso de inclusão ou de substituição, caso ocorram, os quais deverão ser disponibilizados ao Contratante, em meios eletrônicos ou entregues na Seção de Protocolo Administrativo do Tribunal, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF;
- 12.1.9. Garantir a seguridade dos veículos, a partir do início da vigência do contrato;
- 12.1.10. Cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as regras e critérios de funcionamento e de operação dos contratos de seguro de automóveis.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 13.1. Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de funcionários da Contratada às dependências do Tribunal.
- 13.2. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

- 13.3. Notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 13.4. Promover os pagamentos nas condições e prazo estipulados.
- 13.5. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas as obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral do Seção de Protocolo Administrativo do Tribunal, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília-DF.
- 13.6. Comunicar à Contratada a ocorrência de sinistro.
- 13.7. Proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.

14. VIGÊNCIA

- 14.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a partir de 30/12/2022, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

15. SANÇÕES

- 15.1. Além das sanções previstas no edital e no contrato, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 0,33% por dia de atraso, limitada a 10%, nas seguintes hipóteses:
- 15.2. No caso de descumprimento do prazo constante do subitem 3.5.4., sobre o valor do prêmio estabelecido para o veículo;
- 15.3. No caso de descumprimento do prazo constante do item 11.1., sobre o valor total do contrato;
- 15.4. No caso de descumprimento do prazo constante do item 11.3., relativamente às importâncias seguradas nos subitens 3.3.4., 3.3.5., 3.3.6. e 3.3.7., sobre os respectivos valores.
- 15.5. No caso de descumprimento do prazo constante no item 11.5. , sobre o valor do prêmio estabelecido para o veículo.

16. PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo da apólice de seguro, observados os prazos estabelecidos no Capítulo 10.

17. FISCALIZAÇÃO

- 17.1. O titular da Seção de Atendimento de Veículos Leves será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - FROTA DO STJ

1.

Seq.	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Chassi	Bônus	Combustível	UF
1	Citroën	C4 Lounge 2.0 Tendance	PAF-3523	2015/2016	8BCNDRFJ1GG511198	6	Flex	DF
2	Citroën	C4 Lounge 2.0 Tendance	PAF-3F22	2015/2016	8BCNDRFJ1GG510001	6	Flex	DF
3	Fiat	Fiorino 1.4 L	PAO-4753	2015/2015	9BD26512MG9054913	6	Flex	DF
4	Fiat	Weekend Trekking 1.6 L 16V	PAO-4752	2015/2015	9BD37415TG5088282	6	Flex	DF
5	Fiat	Weekend Trekking 1.6 L 16V	PAO-4764	2015/2015	9BD37415TG5087864	6	Flex	DF
6	Fiat	Weekend Trekking 1.6 L 16V	PAO-4765	2015/2015	9BD37415TG5088019	6	Flex	DF
7	Fiat	Weekend Trekking 1.6 L 16V	PAO-4766	2015/2015	9BD37415IG5088056	6	Flex	DF
8	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3513	2015/2016	KMHFH41HBGA495100	6	Gasolina	DF
9	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3514	2015/2016	KMHFH41HBGA495171	6	Gasolina	DF
10	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3517	2015/2016	KMHFH41HBGA495236	6	Gasolina	DF
11	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3518	2015/2016	KMHFH41HBGA495238	6	Gasolina	DF
12	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3520	2015/2016	KMHFH41HBGA495117	6	Gasolina	DF
13	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3525	2015/2016	KMHFH41HBGA495244	6	Gasolina	DF
14	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3F15	2015/2016	KMHFH41HBGA495104	6	Gasolina	DF
15	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3F16	2015/2016	KMHFH41HBGA495210	6	Gasolina	DF
16	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAF-3F19	2015/2016	KMHFH41HBGA495119	6	Gasolina	DF
17	Hyundai	Azera 3.0 V6	PAQ-9J06	2015/2016	KMHFH41HBGA495242	6	Gasolina	DF
18	Jeep	Renegade Sport AT	REC-5F60	2019/2020	98861115XLK308066	2	Flex	DF
19	Jeep	Renegade Sport AT	REC-5F67	2019/2020	98861115XLK308067	2	Flex	DF
20	Jeep	Renegade Sport AT	REC-5F71	2019/2020	98861115XLK308007	2	Flex	DF
21	Jeep	Renegade Sport AT	REC-5F79	2019/2020	98861115XLK307973	2	Flex	DF
22	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6771	2019/2020	3N1BB7AD9LY202510	2	Flex	SP
23	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6772	2019/2020	3N1BB7AD6LY202299	2	Flex	SP
24	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6773	2019/2020	3N1BB7AD9LY202491	2	Flex	SP
25	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6774	2019/2020	3N1BB7AD6LY202092	2	Flex	DF
26	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6775	2019/2020	3N1BB7AD8LY202062	2	Flex	SP
27	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6777	2019/2020	3N1BB7ADXLY202161	2	Flex	DF
28	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6778	2019/2020	3N1BB7AD7LY202263	2	Flex	SP
29	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6779	2019/2020	3N1BB7AD7LY202151	2	Flex	RJ
30	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6780	2019/2020	3N1BB7ADXLY202306	2	Flex	SP
31	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6781	2019/2020	3N1BB7AD9LY202393	2	Flex	RJ
32	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6782	2019/2020	3N1BB7ADXLY202435	2	Flex	RJ
33	Peugeot	Expert Eurolaf	PBY-6840	2019/2020	9V8VBBHXGLA000986	2	Diesel	DF
34	Peugeot	Expert Eurolaf	PBY-6841	2019/2020	9V8VBBHXGLA000849	2	Diesel	DF

35	Peugeot	Expert Eurolaf	PBY-6842	2019/2020	9V8VBBHXGLA000905	2	Diesel	SP
36	Peugeot	Expert Eurolaf	PBY-6843	2019/2020	9V8VBBHXGLA000906	2	Diesel	DF
37	Peugeot	Expert Eurolaf	PBY-6844	2019/2020	9V8VBBHXGLA000890	2	Diesel	DF
38	Peugeot	Expert Eurolaf	PBY-6I45	2019/2020	9V8VBBHXGLA000912	2	Diesel	DF

ANEXO II DO EDITAL - ESTIMATIVA DE PREÇOS

Razão Social -		CNPJ -	
CNPJ do estabelecimento responsável pelo faturamento dos serviços:			
Endereço -			
Telefone -		Fax -	
email -			
Banco -	Agência -	Conta -	
Validade da Proposta -			
Prazo de entrega -		Garantia -	

Item	Marca e Modelo	Placa	Franquia	Bônus	Prêmio
1	Citroën / C4 Lounge 2.0 Tendance	PAF-3523	2.078,57	6	439,76
2	Citroën / C4 Lounge 2.0 Tendance	PAF-3F22	2.078,57	6	439,76
3	Fiat / Fiorino 1.4 L	PAO-4753	1.632,74	6	445,15
4	Fiat / Weekend Trekking 1.6 L 16V	PAO-4752	1.200,00	6	400,00
5	Fiat / Weekend Trekking 1.6 L 16V	PAO-4764	1.200,00	6	400,00
6	Fiat / Weekend Trekking 1.6 L 16V	PAO-4765	1.200,00	6	400,00
7	Fiat / Weekend Trekking 1.6 L 16V	PAO-4766	1.200,00	6	400,00
8	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3513	993,29	6	490,31
9	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3514	993,29	6	490,31
10	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3517	993,29	6	490,31
11	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3518	993,29	6	490,31
12	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3520	993,29	6	490,31
13	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3525	993,29	6	490,31
14	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3F15	993,29	6	490,31
15	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3F16	993,29	6	490,31
16	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAF-3F19	993,29	6	490,31
17	Hyundai / Azera 3.0 V6	PAQ-9J06	993,29	6	490,31

18	Jeep / Renegade Sport AT	REC-5F60	1.500,00	2	395,00
19	Jeep / Renegade Sport AT	REC-5F67	1.500,00	2	395,00
20	Jeep / Renegade Sport AT	REC-5F71	1.500,00	2	395,00
21	Jeep / Renegade Sport AT	REC-5F79	1.500,00	2	395,00
22	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6771	2.012,50	2	424,22
23	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6772	2.012,50	2	424,22
24	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6773	2.012,50	2	424,22
25	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6774	2.012,50	2	424,22
26	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6775	2.012,50	2	424,22
27	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6777	2.012,50	2	424,22
28	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6778	2.012,50	2	424,22
29	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6779	2.012,50	2	424,22
30	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6780	2.012,50	2	424,22
31	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6781	2.012,50	2	424,22
32	Nissan / Sentra 2.0 SV CVT	PBX-6782	2.012,50	2	424,22
33	Peugeot / Expert Minibus	PBY-6840	2.000,00	2	1.073,00
34	Peugeot / Expert Minibus	PBY-6841	2.000,00	2	1.073,00
35	Peugeot / Expert Minibus	PBY-6842	2.000,00	2	1.073,00
36	Peugeot / Expert Minibus	PBY-6843	2.000,00	2	1.073,00
37	Peugeot / Expert Minibus	PBY-6844	2.000,00	2	1.073,00
38	Peugeot / Expert Minibus	PBY-6I45	2.000,00	2	1.073,00

Valor Total Estimado: R\$ 20.936,41 (vinte mil, novecentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos)

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO**PROCESSO STJ n. 16515/2022****CONTRATO STJ n. [[nContrato]]**

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
CONTRATADA: [[RAZÃO SOCIAL]]		
CNPJ: [[cnpj]]		
ENDEREÇO: [[endereço]]		
CIDADE: [[cidade]]	UF: [[UF]]	CEP: [[cep]]
TELEFONES: [[fone]]		
E-MAIL: [[e-mail]]		
REPRESENTANTE: [[REPRESENTANTE]]		
CPF: [[cpf]]	RG: [[rg]]/[[ÓRGÃO]]	

DADOS SOBRE O CONTRATO
OBJETO: Prestação de seguro total para 38 veículos da frota do STJ.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n 112/2022
VALOR DO CONTRATO: [[valorcontrato]] ([[valorcontratoextenso]])
UNIDADE FISCALIZADORA: Seção de Atendimento de Veículos

OBSERVAÇÕES:

Documentos referenciados e seu protocolo SEI: Termo de Referência - versão 5 (protocolo SEI 3211269), e proposta de preços (protocolo SEI xxx)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
[[ne]]	[[datane]]	[[programadetrabalho]]	[[nd]]	[[tipo]]	[[valorne]]

PROCESSO STJ n. 16515/2022**CONTRATO STJ n. [[nContrato]]**

Prestação de seguro total para 38 veículos da frota do CONTRATANTE.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas têm entre si justo e avençado o objeto a seguir descrito, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONTRATANTE:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ, Órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 06, Lote 01, Brasília-DF, representado por seu Secretário de Administração, [[SAD]], brasileiro, inscrito no CPF sob o n. [[cpfsad]], portador da Cédula de Identidade n. [[rgsad]], expedida pela [[ÓRGÃOSAD]], residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA:

[[RAZÃO SOCIAL]], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. [[cnpj]], com sede no(a) [[endereço]], [[cidade]]/[UF], neste ato representada por seu [[Cargo]], [[REPRESENTANTE]], brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n. [[cpf]], portador(a) da Cédula de Identidade n. [[rg]], expedida pela [[ÓRGÃO]], residente e domiciliado(a) [[residente]].

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação, pela CONTRATADA, de seguro total para 38 veículos da frota do STJ, conforme condições dispostas neste contrato e no Termo de Referência - versão 5 (documento SEI 3211269).

- 1.2. As especificações constantes do edital de licitação, do termo de referência e da proposta comercial fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

- 2.1. A CONTRATADA deverá garantir a cobertura securitária para 38 veículos, identificados no Anexo I do Termo de Referência, observando as condições estabelecidas neste contrato e nas condições gerais expressas na apólice de seguro.

- 2.2. O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada no Distrito Federal e nas cidades do Rio de Janeiro/RJ e de São Paulo/SP, bem como as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

- 2.2.1. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;

- 2.2.2. Queda de raio e suas consequências;

- 2.2.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abaloamento, ainda que com veículos do próprio STJ;

- 2.2.4. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

- 2.2.5. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;

- 2.2.6. Acidente durante o transporte do veículo (objeto do socorro) por meio apropriado;

2.2.7. Submersão total ou parcial em água, inclusive proveniente de enchentes ou inundações, e ou quando guardado em subsolo;

2.2.8. Granizo;

2.2.9. Danos causados por queda de árvore;

2.2.10. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros;

2.2.11. Responsabilidade civil facultativa (RCF - danos materiais e pessoais);

2.2.12. Acidente Pessoal (APP - morte ou invalidez);

2.2.13. Assistência 24 horas aos veículos segurados;

2.2.14. Calço hidráulico decorrente de causa coberta pelo contrato de seguro;

2.2.15. Danos causados aos vidros laterais, para-brisas dianteiro e traseiro, retrovisores, faróis e lanternas;

2.2.16. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: chaveiro, assistência com socorro mecânico, guincho dentro e fora do Distrito Federal e das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, transporte de passageiros e do condutor a serviço do Tribunal em virtude de imobilização do veículo segurado ou em caso de roubo ou furto do veículo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1. A apólice de seguro deverá ser emitida e disponibilizada ao CONTRATANTE, em meios eletrônicos, no prazo máximo de quinze dias

consecutivos, contados a partir de 30/12/2022, devendo os cartões do seguro serem enviados ao Superior Tribunal de Justiça - Seção de Atendimento de Veículos Leves - SATEV (telefone - 61 3319-7032), no horário das 08h às 19h, em dias úteis, no seguinte endereço: Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Quadra 6, Lote 1, Trecho III, CEP 70095-900, Brasília-DF.

- 3.2. As inconformidades observadas na apólice de seguro deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, no prazo de quinze dias consecutivos, contados da data de solicitação do CONTRATANTE.
- 3.3. A CONTRATADA deverá indenizar os prejuízos resultantes de riscos cobertos pelas garantias ajustadas para pessoas e veículos, em no máximo trinta dias consecutivos, contados da entrega de toda a documentação exigida pela CONTRATADA.
- 3.4. No caso de interesse pela prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá se manifestar no prazo de sessenta dias consecutivos antes do término da vigência.
- 3.5. Em caso afirmativo, a CONTRATADA deverá encaminhar proposta, observando as condições estabelecidas no item CLÁUSULA NONA, ITE M 3
- 3.6. A vistoria de sinistro deverá ser realizada em até 15 dias consecutivos, contados da data do registro do aviso de sinistro.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1. O recebimento e a aceitação deste objeto obedecerão ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma seguinte:
- 4.1.1. Provisoriamente, mediante recibo, no ato da entrega da apólice de seguro, para efeito de posterior verificação da conformidade do referido

termo com as especificações previstas neste termo de referência e na proposta de preço.

4.1.2. Definitivamente, no prazo máximo de 15 dias corridos, contados do recebimento provisório ou do atendimento de todas as eventuais solicitações do STJ, mediante termo circunstanciado elaborado pela unidade gestora, assinado pelas partes.

4.2. A Seção de Atendimento de Veículos Leves reserva-se o direito de rejeitar integralmente a apólice ou parte dos itens do referido termo que não atendam as especificações técnicas do objeto licitado, os quais deverão ser corrigidos, complementados ou substituídos pela contratada, sem ônus adicionais, no prazo de 15 dias corridos contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.3. O recebimento do objeto será efetuado por servidor ou comissões designadas pela autoridade competente, conforme o caso.

4.3.1. Nas hipóteses em que o valor da aquisição ou dos serviços superar o limite definido para a modalidade convite, para cada parcela executada, o CONTRATANTE constituirá obrigatoriamente Comissões de Recebimento distintas, uma para fins de recebimento provisório e a outra para o definitivo, as quais lavrarão termos circunstanciados, documentos que serão assinados por ambas as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

5.1. A CONTRATADA declara receber cópia da Instrução Normativa STJ/GD G N. 15 de 12 de novembro de 2020, ter sido informada sobre a política de sustentabilidade do Superior Tribunal de Justiça e compromete-se a cumprir os requisitos legais e os definidos no normativo, observadas as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, quando aplicáveis ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- 6.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, a partir de 30/12/2022, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de sessenta meses, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.
- 6.2. A prorrogação da vigência do contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.
- 6.3. Por ocasião da prorrogação, será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.
- 6.4. Será consultada a situação da CONTRATADA no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.
- 6.4.1. A CONTRATADA, ainda que inscrita no Cadin, poderá ter o contrato prorrogado na hipótese de ausência de impeditivos à continuidade do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FRANQUIA

- 7.1. A franquía considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens seguintes.
- 7.2. A franquía não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos

(prêmio).

- 7.3. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder os limites máximos estabelecidos na proposta da CONTRATADA.
- 7.4. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não poderá exceder o limite de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item CLÁUSULA SÉTIMA, ITEM 1.
- 7.5. Em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo CONTRATANTE prioritariamente à concessionária ou oficina que promover o conserto do veículo.
- 7.6. Caso a empresa que realizou o conserto do veículo não esteja com a documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
- 7.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

CLÁUSULA OITAVA - DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS

- 8.1. A importância mínima segurada (expressa em reais) para o casco de cada veículo deverá corresponder a 100% (cem por cento) do valor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE ou subsidiariamente baseado na tabela MOLICAR, no caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE.
- 8.2. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado com base em 110% (cento e dez por cento) do valor da tabela FIPE.

- 8.3. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a indenização integral deverá se basear na tabela MOLICAR, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
- 8.4. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos materiais), por veículo, será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- 8.5. A importância segurada para Responsabilidade Civil Facultativa - RCF (danos pessoais), por veículo, será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- 8.6. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por morte), será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por pessoa;
- 8.7. A importância segurada para Acidente Pessoal de Passageiro - APP (por invalidez) será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por pessoa.

CLÁUSULA NONA - DA BONIFICAÇÃO

- 9.1. No caso de prorrogação do ajuste, a CONTRATADA deverá oferecer e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP - Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda e da Proposta apresentada pela empresa.
- 9.2. As bonificações atuais estão listadas no Anexo do Termo de Referência.
- 9.3. No caso de prorrogação do contrato, a contratada deverá considerar uma classe de bônus superior à atual, observadas as condições gerais do seguro contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ENDOSSO

- 10.1. Quaisquer alterações na apólice de seguro, como por exemplo: inclusão, substituição e exclusão de veículos, poderão ser requeridas pelo STJ, as quais serão processadas pela contratada, por meio de endosso.
- 10.2. Poderão ser solicitadas, mediante emissão de endosso, alteração do local de uso e permanência de veículo (cidade e unidade da federação), número de chassi e placa de veículo emitidos erroneamente na apólice de seguro, dentre outras correções, durante o período de vigência da apólice.
- 10.3. Havendo necessidade de inclusão, substituição ou exclusão de veículo da apólice de seguro, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total a ser pago ou o valor a ser restituído ao Tribunal.
- 10.4. A devolução de valores ao Tribunal deverá ser realizada mediante pagamento de Guia de Recolhimento à União - GRU, no prazo de sessenta dias corridos da emissão do documento de endosso, devendo a Contratada enviar ao Tribunal o comprovante correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO

- 11.1. As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em **[[datadaproposta]]**, conforme documento SEI xxx.
- 11.2. O preço ajustado é final, nele estando inclusos todos os encargos que a CONTRATADA experimentará no cumprimento das obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

- 12.1. Os preços contratados são fixos e irredutíveis.

- 12.2. No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus e ofertar desconto correspondente, se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

- 13.1. Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

- 13.1.1. O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo da apólice de seguro, observados os prazos estabelecidos no CLÁUSULA TERCEIRA deste Contrato.

- 13.2. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA, na Seção de Protocolo Administrativo do CONTRATANTE, localizada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF.

- 13.3. O pagamento será efetivado mediante crédito realizado em conta corrente bancária no prazo abaixo:

- a. cinco dias úteis, contados da apresentação da fatura, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993;
- b. dez dias úteis, contados da atestação da nota fiscal, para os demais casos.

- 13.4. O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal.

- 13.4.1. Nos casos contemplados pela alínea b, da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ITEM 3 a atestação deverá ocorrer no prazo de até cinco dias

úteis a contar:

a. da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;

b. do recebimento definitivo, nos demais casos.

13.5. Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente Contrato, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

13.6. O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ITEM 3, desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a correção monetária do valor devido, calculada *pro rata tempore*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do IPCA.

13.7. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.

13.8. Ocorrendo a hipótese prevista na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ITEM 7, o prazo para o pagamento do novo documento de cobrança obedecerá à regra estabelecida na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ITEM 3 e os valores pagos serão os vigentes na data da efetiva prestação dos serviços.

13.9. Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.

13.10. Em relação aos serviços prestados no mês de dezembro, a CONTRATADA deverá emitir o documento fiscal até o final da primeira quinzena do mês e encaminhá-lo ao gestor do contrato, juntamente com toda a documentação obrigatória, para atesto do período de

efetiva prestação de serviços e envio à Secretária de Orçamento e Finanças - SOF para liquidação e pagamento.

- 13.10.1. Excepcionalmente, e desde que o contrato seja continuado, a área gestora poderá justificar a ausência de algum documento e encaminhar a nota fiscal para liquidação e pagamento, após regular autorização, sem prejuízo da posterior apresentação daquele.
- 13.10.2. Em janeiro do ano seguinte, a área gestora deverá atestar o período restante e encaminhar o processo novamente à SOF, para o pagamento complementar, que deverá ser objeto de liberação somente após a apresentação de toda a documentação exigida mensalmente;
- 13.10.3. a emissão de faturamento parcial poderá ser solicitada ou não pelo STJ, a depender das condições para finalizar o processo da despesa (liquidação e pagamento), não havendo obrigação contratual do pagamento parcial em dezembro.
- 13.11. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.
- 13.11.1. Na hipótese da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, ITEM 11, os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.
- 13.12. O CONTRATANTE exigirá da(s) CONTRATADA(s), por ocasião do pagamento, a apresentação dos comprovantes de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados e junto à Caixa Econômica Federal, por meio do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.

- 13.13. A CONTRATADA deverá comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, de acordo com a Lei n. 12.440/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As partes ajustam que o valor do presente contrato fica **estipulado (estimado)** em `[[valorcontrato]]` (`[[valorcontratoextenso]]`).
- 14.2. As despesas com a execução deste Contrato serão atendidas com os recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas.
- 14.3. Foi emitida, em `[[datane]]`, a Nota de Empenho `[[tipo]]` n. `[[ne]]`, no valor de `[[valorne]]` (`[[valorneextenso]]`), à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho `[[programadetrabalho]]` e Natureza da Despesa `[[nd]]`.
- 14.4. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.
- 14.5. O número da(s) nota(s) de empenho, emitidas para atender às despesas do presente Contrato em exercício futuro, integra(m) o contrato, independentemente de transcrição, cujo registro ocorrerá no SIAFI.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 15.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:

- a. fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste Contrato, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
- b. submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído;
- c. responsabilizar-se por danos causados, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, a equipamentos e/ou outros bens de propriedade desta ou de terceiros;
- d. acatar todas as orientações do Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e orientação, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo Tribunal, permitindo o acesso à documentação pertinente e atendendo às reclamações formuladas;
- e. garantir que a recuperação dos sinistrados poderá, a critério do Contratante, ocorrer em uma concessionária autorizada pelo fabricante, inclusive para veículos de terceiros envolvidos;
- f. garantir a cobertura prevista do seguro automotivo no caso de atraso ou não fornecimento da apólice;
- g. colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 7 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;
- h. informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do objeto da presente licitação;
- i. garantir a seguridade dos veículos, a partir do início da vigência do contrato;
- j. emitir apólice de seguro de acordo com as coberturas contratadas, e contendo todos os dados dos veículos (marca/modelo, ano/modelo, placa,

chassis, região);

k. emitir boleto bancário ou recibo, no valor do total dos prêmios de seguro contratado ou no valor do endosso de inclusão ou de substituição, caso ocorram, os quais deverão ser disponibilizados ao Contratante, em meios eletrônicos ou entregues na Seção de Protocolo Administrativo do Tribunal, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF;

l. cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, para as regras e critérios de funcionamento e de operação dos contratos de seguro de automóveis.

m. manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

15.2. Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea "m" da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 1.

15.3. Além das demais obrigações previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:

a. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional.

b. prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para a execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de funcionários da Contratada às dependências do Tribunal.

c. designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

d. notificar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

e. promover os pagamentos nas condições e prazo estipulados.

f. fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas as obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral do Seção de Protocolo Administrativo do Tribunal, localizada no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília-DF.

g. comunicar à CONTRATADA a ocorrência de sinistro.

h. proteger o veículo sinistrado, de modo a evitar o agravamento dos danos.

15.4. O CONTRATANTE franqueará à CONTRATADA acesso às notas de empenho emitidas para atender às despesas deste Contrato durante sua vigência.

15.5. Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

15.5.1. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução deste contrato, sendo observados:

a. a compatibilidade com a finalidade especificada;

b. o interesse público;

c. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta;

15.5.2. Os dados devem ser eliminados, quando não autorizada sua

conservação, nos termos do art. 16 da LGPD, após o término de seu tratamento nas hipóteses previstas no art. 15 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1. Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução do contrato, a CONTRATADA fica sujeita:

16.1.1. A advertência, se couber, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

16.1.2. A multa de 0,33% por dia de atraso, limitada a 10%, nas seguintes hipóteses:

- a. no caso de descumprimento do prazo constante do subitem CLÁUSULA DÉCIMA, ITEM 4, sobre o valor do prêmio estabelecido para o veículo;
- b. no caso de descumprimento do prazo constante do item CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 1, sobre o valor total do contrato de seguro;
- c. no caso de descumprimento do prazo constante do item CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3, relativamente às importâncias seguradas nos subitens CLÁUSULA OITAVA, ITEM 4, CLÁUSULA OITAVA, ITEM 5, CLÁUSULA OITAVA, ITEM 6 e CLÁUSULA OITAVA, ITEM 7, sobre os respectivos valores.
- d. no caso de descumprimento do prazo constante no item CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 6, sobre o valor do prêmio estabelecido para o veículo.

16.1.3. Na hipótese da CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA, ITEM 1.2, decorrido o lapso de trinta dias, a Unidade Gestora do CONTRATANTE deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do Contrato ou instrumento equivalente;

- 16.2. Não havendo mais interesse do CONTRATANTE na execução do Contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do inciso II do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.
- 16.3. O valor da multa aplicada, após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou cobrado judicialmente;
- 16.4. Excepcionalmente, *ad cautelam*, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.
- 16.5. A instrução dos procedimentos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão o rito estabelecido na Instrução Normativa STJ/GDG N. 5/2019.
- 16.5.1. A dosimetria das sanções observará, no que couber, a Instrução Normativa CNJ n. 67 de 10 de julho de 2020 e a Instrução Normativa Seges/MP n. 3 de 26 de abril de 2018 ou as que vier substituí-las, caso não conflitantes com a estabelecida na instrução normativa indicada no item acima.
- 16.6. A notificação dos atos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão as regras da Instrução Normativa STJ/GDG n. 17, de 3 de julho de 2019.
- 16.6.1. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, os atos processuais poderão ser praticados em meio físico, digitalizando-se o documento físico correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

- 17.1. As partes desde já ajustam que não existirá, para o CONTRATANTE, nenhuma solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

- 18.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos art. 77 a 79 da Lei n. 8.666/1993, o que a CONTRATADA declara conhecer.
- 18.2. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado, salvo anuência expressa da Administração, quando a nova pessoa jurídica preencher os requisitos de habilitação requeridos (exigidos) no Edital e mantiver as demais cláusulas e condições previstas no contrato.
- 18.3. Na hipótese de a CONTRATADA dar causa à rescisão, fica esta obrigada a ressarcir o valor proporcional ao período de serviços não prestados ao CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. A presente contratação da foi precedida da Licitação n. 112/2022 , na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, na autorização constante do Processo STJ 16515/2022 , e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em [[datadaproposta]], razão pela qual integram este ajuste.
- 19.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019 e, de

forma subsidiária, da Lei n. 8.666/1993, nos princípios de direito público, e em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

- 19.3. Apesar da publicação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a presente contratação fundamenta-se nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002.
- 19.4. O titular da Seção de Atendimento de Veículos Leves será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.
- 19.5. A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXO(S) e parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos, o(s) link(s) citado(s) neste contrato, que está(ão) individualmente identificado(s) pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRATANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.
- 19.6. A possibilidade de cessão de crédito da empresa CONTRATADA ficará condicionada ao atendimento do estabelecido na Instrução Normativa n. 53, de 8 de julho de 2020 do Ministério da Economia ou norma que vier alterá-la, bem como não poderá prejudicar a execução do contrato que continua sob a responsabilidade da CONTRATADA.
- 19.7. Em conformidade com o disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei n. 8.666/1993, o presente ajuste será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.
- 19.8. As questões oriundas deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília - DF.

E, estando justos e contratados os representantes das partes assinam a presente Contrato para que surtam os devidos efeitos legais.

ASSINATURA - REPRESENTANTE DO STJ
ASSINATURA - REPRESENTANTE DA EMPRESA

**ANEXO IV DO EDITAL - DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E
DE NEPOTISMO**

I - Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. 112/2022, que (empresa), CNPJ_____, não incide no impedimento de contratação previsto no inciso III do art. 9º da Lei n. 8.666/1993, bem como nas vedações do inciso XI do art. 18 da Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO de 2022).

II - Declaro também que _____ (a empresa) não possui, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, bem como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e de assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do órgão celebrante, nos termos da Resolução CNJ n. 7/2005, com a redação que lhe fora conferida pela Resolução CNJ n. 229/2016, nem possui relação de parentesco entre o administrador e sócio com poder de direção da licitante com o detentor de cargo em comissão e função de confiança que atue na área responsável pela demanda e autoridade hierarquicamente superior, conforme previsto no art. 5º do Decreto n. 9.507/2018.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL/REPRESENTANTE DA
EMPRESA

Nome legível _____

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Secretário de**



Administração, em 14/11/2022, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3225296** e o código CRC **B7C0252C**.

016515/2022

3225296v4